

## A invisibilidade da juventude

Maria Virgínia de Freitas<sup>1</sup>

**O**s jovens não aparecem no Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE como um segmento específico; não há, entre as diversas ações que o compõem, nenhuma meta ou mesmo consideração acerca do desafio de construção de uma escola que dialogue com as necessidades de aprendizagem de moças e rapazes. Os jovens são o público por excelência dos ensinos médio e profissionalizante, bem como o público fundamental do ensino superior – níveis de ensino contemplados pelo PDE –, mas isso permanece invisível. O plano de metas Compromisso Todos Pela Educação propõe, por exemplo, entre suas diretrizes, “matricular o aluno na escola mais próxima da sua residência”. Se tal orientação parece necessária para a educação de crianças, o mesmo não se pode afirmar no caso de adolescentes e jovens, quando ela pode se tornar uma camisa-de-força. Não é pouco comum, ao menos nos grandes centros urbanos, que jovens queiram se matricular em escolas públicas mais distantes de casa, seja porque elas oferecem condições diferenciadas ou desfrutam de maior prestígio, seja pela necessidade de estudar próximo ao local de trabalho. Para rapazes e moças, estudar mais longe de casa pode significar um avanço na construção de sua autonomia, maior circulação pela cidade, contato com contextos sociais e pessoas diferentes e um enriquecimento de sua formação.

Em debate sobre o PDE, realizado no Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), com a presença de André Lázaro, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), a invisibilidade dos jovens foi o aspecto que mais provocou questionamentos, com diversos conselheiros e conselheiras chamando a atenção para essa ausência. Na formação de professores, por exemplo, não se aponta a necessidade de inclusão de uma abordagem sobre a especificidade de “ensinar jovens”; nos cursos de licenciatura, ainda que os alunos se destinem à docência no segundo segmento do ensino fundamental, ou no ensino médio, as questões da aprendizagem são quase sempre abordadas unicamente da perspectiva infantil. No entanto, diversos estudos e pesquisas apontam que os desafios envolvidos na escolarização dos jovens são bastante específicos e distintos daqueles que caracterizam a educação de crianças. A falta de preparo dos professores para enfrentar aqueles desafios é um dos fatores do baixo aproveitamento escolar dos jovens, das dificuldades relacionais entre eles e seus educadores, e fonte de frustração para estes últimos. O professor ou professora entra em sala de aula compromissado quase que tão-somente com o conteúdo de sua disciplina, sem instrumental adequado para lidar com a diversidade das identidades e trajetórias de seus alunos, ainda operando por intermédio da idealização de um “aluno médio”, abstrato, pouco encarnado nas suas relações com o mundo, e portanto supondo a existência de uma homogeneidade num sistema de ensino cada vez mais heterogêneo.

No entanto, é preciso registrar que, paralelamente ao PDE, o próprio Ministério da Educação se encontra envolvido na formulação e implementação de um programa educativo especialmente dirigido aos jovens. Trata-se do Projovem, de responsabilidade de diversos ministérios, sob a coordenação da Secretaria Nacional de Juventude, que tem como foco os jovens desempregados e de baixa escolaridade. Nele, toda a proposta pedagógica é construída tendo em vista a especificidade dos sujeitos jovens. Da mesma forma, o MEC e a Secretaria Nacional de Juventude prepararam um material especialmente dirigido aos educadores do Programa Brasil Alfabetizado,

<sup>1</sup> Colaboraram Ana Paula Corti e Milton Alves Santos, assessores da Ação Educativa.

oferecendo-lhes subsídios para a tarefa de alfabetizar jovens.<sup>2</sup>

Mas tanto o Projovem como o Brasil Alfabetizado são desenvolvidos fora das redes de ensino. O ensino regular, aquele que atende ao maior contingente de jovens, não conta com orientação ou subsídios relativos à tarefa de reconhecer e dialogar com a especificidade juvenil.

Apesar disso, pode-se observar que algumas das ações do PDE podem ter um impacto bastante positivo para os jovens deste país.

Para os rapazes e moças estudantes, uma das mais positivas e importantes medidas anunciadas é a alteração das normas gerais do estágio, procurando efetivar sua concepção como *ato educativo supervisionado*. Para tanto, são estabelecidos os limites da jornada e da concessão de bolsas, além de um seguro contra acidentes pessoais e também atribuídas responsabilidades à escola, procurando definir de forma precisa seu papel em relação ao aluno e à instituição em que ele estagia. Dessa forma, o MEC dá um importante passo no combate ao uso corrente do estágio como forma de precarização do trabalho exercido por aqueles que estudam em instituições de educação superior, profissional ou de ensino médio – fundamentalmente jovens. Um avanço positivo também pelo fato de estimular “o protagonismo da escola no processo de aproximação entre a educação e o trabalho”. É importante, no entanto, garantir as condições para que a escola exerça efetivamente esse papel: o quadro de pessoal disponível atualmente nas escolas de ensino médio, por exemplo, não conta com profissionais aptos a realizar essa importante tarefa.

No que diz respeito à educação superior, duas medidas visam ampliar o acesso a esse nível de ensino, o que certamente beneficia os jovens, ainda que as medidas não se restrinjam a eles. A primeira busca facilitar o ingresso nas instituições privadas por meio da mudança de regras do FIES - Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior: o limite de financiamento do programa passa de 50% para até 100% do valor da mensalidade, abrangendo cursos de mestrado e doutorado; ampliam-se as formas possíveis de atendimento à garantia exigida para a obtenção do financiamento; e, ao final do curso, o período de carência passa a ser de seis meses para o início do pagamento da dívida. A segunda medida planeja a duplicação das vagas nas Instituições de Ensino Superior (IFES) por meio do aumento da relação professor/aluno e da contratação de mais docentes: a meta é dobrar o número de estudantes de graduação em dez anos. Essa duplicação de vagas, ainda que insuficiente para o atendimento da demanda, se apresenta como uma medida muito mais estruturante que a primeira, uma vez que se refere à ampliação do ensino público – o único que pode garantir a efetivação do direito à educação.

A educação profissional pública deverá ser fortalecida – atendendo a uma reivindicação de diversos segmentos, inclusive juvenis, e de acordo com o que recomenda o Conjuve. Suas metas são triplicar o número de alunos matriculados na educação profissional e tecnológica<sup>3</sup> e tratá-la de forma integrada ao sistema regular de ensino nos diferentes níveis e modalidades. Com essa articulação – entre sistema regular de ensino e ensino profissionalizante – o MEC busca atingir dois objetivos: elevar a escolaridade e criar alternativas para que o ensino regular se aproxime do mercado de trabalho. Mas a implementação das ações terá como desafio encontrar o ponto exato dessa aproximação: a escola não pode ignorar o mundo do trabalho, particularmente num país em que o trabalho é realidade para a maior parte dos jovens,<sup>4</sup> mas a ele não pode se reduzir. Nesse sentido, parece positiva a proposta de articulação do ensino médio com o ensino profissionalizante: o aluno terá duas matrículas separadas, e os cursos poderão ser simultâneos ou seqüenciados.

A intenção de fortalecer o ensino profissionalizante manifesta-se também na proposta de

<sup>2</sup> *Jovens na Alfabetização*: para além das palavras, decifrar mundos. Brasília: Ministério da Educação / Ação Educativa, 2007.

<sup>3</sup> Em quatro anos, prevê-se que o número de alunos matriculados no ensino profissionalizante passe de 700 mil para dois milhões. O objetivo anunciado é o de que todos os municípios brasileiros tenham, pelo menos, uma escola oferecendo a educação profissional.

<sup>4</sup> Dados da PNAD 2005 apontam que 30,8% dos jovens de 15 a 17 anos e 62,2% dos de 15 a 24 anos estavam ocupados.

criação dos Institutos Federais de Educação Tecnológica (IFETs) que oferecerão educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino.. Metade dos orçamentos dos IFETS será destinada à oferta de cursos profissionalizantes de nível médio e, no nível da educação superior, 20% dos investimentos serão destinados a cursos de licenciatura em física, química, matemática e biologia, para formação pedagógica de professores e especialistas nessas disciplinas, que vêm sofrendo com a insuficiência de profissionais.

Ainda no que diz respeito ao ensino profissionalizante, o plano prevê a criação, em quatro anos, de 150 novas escolas técnicas e profissionais e 200 mil novas matrículas. Essas escolas devem ser distribuídas pelo País, sendo construídas em cidades-pólo, “aproveitando potenciais de desenvolvimento e a proximidade com os Arranjos Produtivos Locais (APL)”.

Quanto ao ensino médio, algumas ações procuram melhorar sua infra-estrutura: atualização e ampliação das bibliotecas das 17.049 escolas ainda em 2008, permitindo o acesso aos novos acervos de literatura e de pesquisa para 30 milhões de alunos da educação básica, com a participação das escolas no processo de escolha desses acervos; distribuição de computadores para todas as escolas públicas de ensino médio em 2007 e a implantação de Internet banda larga. Outras, como já foi dito anteriormente, procuram garantir a formação de professores das diversas disciplinas em número suficiente para atender à necessidade das escolas. Quanto aos conteúdos curriculares, o Programa Mais Educação propõe-se a ampliar o tempo e o espaço educativo dos alunos da rede pública, integrando ações educativas, artísticas, culturais, esportivas e de lazer – mas nenhuma distinção é feita entre as necessidades do ensino fundamental e do ensino médio.

Mas todas essas ações, ainda que possam ser positivas, aparecem isoladas, não se encontrando no PDE nenhuma abordagem específica e mais integral do ensino médio – nível de ensino que vem enfrentando uma série de problemas, registrando até mesmo uma diminuição do número de matrículas e um aumento da evasão. Ao que parece, o Ministério da Educação busca impactá-lo a partir de fora, viabilizando sua integração à educação profissional, que já foi acima apresentada; essa articulação seria a contribuição do PDE para a superação da crise de identidade que esse nível de ensino vem enfrentando. Parece insuficiente. Além disso, o fato de o ensino médio ser um nível de ensino essencialmente dirigido a jovens permanece obscuro. E isso tem um impacto sobre a qualidade da relação educativa ali estabelecida. Não por acaso os jovens se sentem pouco compreendidos pela escola.<sup>5</sup> Boa parte das insatisfações dos alunos diz respeito aos métodos e recursos para o ensino na escola, considerados obsoletos, ultrapassados e pouco atrativos.

Em resumo, muito há que se avançar para a construção e incorporação de uma perspectiva de juventude no âmbito da política educacional do País, desafio que se repete nas demais políticas setoriais, como aponta o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve). “Em caso contrário, um precioso processo social de conquista do espaço e do debate público para a questão da juventude pode não colher seus melhores frutos. Seria um equívoco limitar a abrangência de todo esse movimento em torno da temática juvenil à elaboração de programas pontuais e mais circunscritos, em que pese a importância dessas experiências. É imprescindível que a preocupação com a transversalidade e com a manutenção em longo prazo de políticas de caráter estrutural ocupe espaço na elaboração de políticas governamentais que têm como destino o jovem” (Conjuve, 2006).

Maria Virgínia de Freitas - Assessora da Ação Educativa e membro do Conselho Nacional de Juventude.

<sup>5</sup> Na pesquisa Perfil da Juventude Brasileira, realizada pelo Instituto Cidadania, os jovens do Ensino Médio são os que demonstraram maior insatisfação no que diz respeito à relação entre a instituição escolar e o mundo juvenil. Enquanto 31% dos jovens que tinham até o ensino fundamental afirmaram que a escola entende muito os jovens, apenas 17% dos que tinham até o ensino médio partilhavam da mesma opinião. Da mesma forma, apenas 23% dos que tinham até o ensino médio, contra 36% dos que tinham até o ensino fundamental, avaliavam que a escola se interessa muito pelos problemas dos jovens.